

ESTRUTURA DA LÍNGUA PORTUGUÊSA

JOAQUIM MATTOSO CAMARA JR.

4ª edição



EDITORA VOZES LIMITADA

Petrópolis, RJ

1973

mente o indivíduo do ponto de vista da sua posição social, ou porque prejudica a clareza e a eficiência da sua capacidade de comunicação, ou porque cria um cisma perturbador num uso mais geral adotado), é preciso saber a causa profunda desse procedimento, para poder combatê-lo na gramática normativa. Finalmente, a norma não pode ser uniforme e rígida. Ela é elástica e contingente, de acordo com cada situação social específica. O professor não fala em casa como na aula e muito menos numa conferência. O deputado não fala na rua, ao se encontrar com um amigo, como falaria numa sessão da Câmara. E assim por diante.

Quando o lingüista sincrônico se insurge contra o gramático normativo ou o professor de língua, é em regra porque este e aquele declaradamente desobedecem a esses 3 preceitos. Impõem as suas regras praxistas como sendo lingüística. Corrigem às cegas, sem tocar no ponto nevrálgico do procedimento lingüístico que querem corrigir e com isso só criam confusão e distúrbio. Partem do princípio insustentável de que a norma tem de ser sempre a mesma, e fixam um padrão social altamente formalizado como sendo o que convém sempre dizer.

O remédio é o professor de língua e os homens em geral aprenderem os princípios gerais da lingüística. Para isso, a melhor solução parece ser fornecer-lhes uma gramática descritiva desinteressada de preocupações normativas.

Há apenas uma observação final a fazer. Se a língua é variável no espaço e na hierarquia social, ou ainda num mesmo indivíduo conforme a situação social em que se acha, a gramática descritiva pode escolher o seu campo de observação. Se ela tem em vista, indiretamente, o ensino escolar, como é o objetivo implícito do presente livro, a escolha está de certo modo predeterminada. A descrição não tomará por base, evidentemente, uma modalidade popular ou remotamente regional. Muito menos vai assentar num uso elaborado e sofisticado, como é, por exemplo, a língua da literatura. Partirá do uso falado e escrito considerado «culto», ou melhor dito, adequado às condições «formais» de intercâmbio lingüístico no sentido inglês do adjetivo.

Variabilidade dialeto regional social

registros
estilo

técnicas
da ling.
gregos e
romanos
{anomalistas
{analogistas

II

Variabilidade e Invariabilidade na Língua

5 UM DOS PERCALÇOS mais sérios com que se tem defrontado a gramática descritiva, desde a Antiguidade Clássica, é o fato da enorme variabilidade da língua no seu uso num momento dado. Ela varia no espaço, criando no seu território o conceito dos dialetos regionais. Também varia na hierarquia social, estabelecendo o que hoje se chama os dialetos sociais (cf. Martinet 1954, 1 ss). Varia ainda, para um mesmo indivíduo, conforme a situação em que se acha, como já vimos no capítulo precedente, estabelecendo o que um grupo moderno de lingüistas ingleses denomina os «registros» (Halliday 1965, 87). Finalmente, uma exploração estética da linguagem, para o objetivo de maior expressividade, faz surgir o que se classifica como o «estilo», desde a Antiguidade Clássica.

Por isso, os teóricos da linguagem, gregos e romanos, dividiram-se muito cedo nas duas correntes opostas dos «anomalistas» e dos «analogistas», claramente apreciados por Antonino Pagliare, modernamente, na lingüística italiana (Pagliare 1930, 20). Aquêles negavam, em última análise, a possibilidade de estabelecer regras gerais no uso lingüístico. Estes defendiam a possibilidade e a necessidade dessas regras, partindo do pressuposto de que o princípio filológico da «analogia» domina em geral o uso lingüístico, só dando margem a um número pequeno de «exceções». Estas foram sempre o grande embaraço da regulamentação gramatical. Modernamente elas foram enfrentadas, e praticamente neutralizadas, pela técnica descritiva dos métodos estruturalistas, como veremos no capítulo seguinte.

De qualquer maneira, a invariabilidade profunda, em meio de variabilidades superficiais, é inegável nas línguas. Nos termos do grande lingüista contemporâneo Roman Jakobson, «o princípio das invariantes nas variações» (Jakobson 1967, 185) é a chave de toda descrição lingüística. É ele que cria o conceito de «padrão» (ing. *pattern*), cuja apreensão numa língua dada é o objetivo central da gramática descritiva de tal língua. Por isso nos diz Sapir, referindo-

se não só à linguagem, mas ainda a tóda a gama de procedimentos humanos: «E' tal a nossa preocupação com nós próprios como indivíduos e com os outros na medida em que diferem de nós, por menos que seja, que estamos sempre prontos a anotar as variações de um padrão nuclear de comportamento. Para quem está acostumado ao padrão, variações dessas se apresentam como tão ligeiras que praticamente passam despercebidas. Para nós, como indivíduos, elas são, não obstante, da máxima importância; e a tal ponto que chegamos a esquecer de que há um amplo padrão social de que elas são variações. Estamos constantemente sob a impressão de que somos originais e até aberrantes, quando na realidade estamos apenas repetindo um padrão social com o mais ligeiro toque de originalidade» (Sapir 1969, 65).

Mesmo a decantada excentricidade de certos escritores, em face da língua materna do seu tempo, não passa de um exagêro retórico. Como já observou o lingüista ítalo-romano Eugênio Coseriu, o escritor inova em regra no uso lingüístico do seu tempo, na norma mais ou menos conscientemente estabelecida, mas fica fiel ao sistema, ou seja, ao padrão que rege a língua em profundidade (Coseriu 1948, 3).

Ora, a gramática descritiva, ou sincrônica, tem, em última análise, por fim depreender e expor êsse sistema, ou estrutura, como estabeleceu de início Saussure.

6 Isso não quer dizer que a gramática descritiva seja um bloco monopolítico. Há sempre exceções e elas têm de ser levadas em conta. Em tóda a gramática, ao lado da «regularidade», há as «irregularidades».

Mas, antes de tudo, como já aqui ressaltamos, elas são fatos de superfície. Em profundidade elas obedecem a padrões particulares, que se coordenam com o padrão, ou regra geral, dito «regularidade».

Depois é preciso não esquecer que, como já vimos, a língua em sentido lato se subdivide em dialetos regionais, dialetos sociais e registros. Em cada um deles há uma gramática descritiva específica. Por isso, aqui focalizamos de início o nosso objetivo. Descrever a língua portuguesa, no Brasil, tal como é usada pelas classes ditas «cultas» num registro formal, isto é, adequado às situações sociais mais importantes.

Como tal, ela visa a servir de ponto de partida para a gramática normativa no ensino escolar.

Com outros objetivos, pode se fazer a descrição de um dialeto regional, de um dialeto social, a língua popular, digamos, como pa-

ra o francês fez o lingüista franco-suíço Henri Frei, discípulo indireto de Saussure, na sua *Gramática dos Erros* (Frei, 1929). Ou podemos fazer uma gramática descritiva, total ou parcial, de um registro de linguagem familiar, como foi o propósito da lingüista brasileira Eunice Pontes ao descrever o verbo na língua coloquial carioca (Pontes 1969).

A gramática normativa tradicional, misturando alhos com bugalhos, trata muitas vezes como «irregularidades» da língua monoliticamente considerada o que são na realidade «regras» para a gramática descritiva de uma dessas línguas particulares.

Uma atitude oposta, e igualmente criticável, é a de lingüistas que procuram fugir à dificuldade focalizando restritamente o que chamam o «idioleto». Êste termo, criado pelos norte-americanos, se refere à língua de um único indivíduo. Estudando-o, unicamente, deixam de lado as discrepâncias, dentro de um dialeto regional ou de um dialeto social, de cada indivíduo (determinadas quase sempre pelas mudanças de registro ou por intenções estilísticas). Tal foi o ponto de vista ainda recentemente defendido pelo lingüista norte-americano Robert Hall: «a unidade supra-individual absolutamente não existe... e por conseguinte não existe nenhum fenômeno coletivo» (Hall 1968, 521). O contrário é que tudo indica ser a verdade, como logo viu argutamente Saussure. E' com tóda a razão que Roman Jakobson afirma: «Em matéria de língua não há propriedade privada; tudo está socializado. O intercâmbio verbal, como tóda sorte de intercurso, requer pelo menos dois comunicantes, e o idioleto vem a ser de certo modo uma ficção pervertida» (Jakobson 1953, 15).

7. Uma diversidade, muito sutil e falaz, é a que existe entre a fala e a escrita. E' a escrita que as gramáticas normativas escolares focalizam explicita ou implicitamente. O estudante já vem para a escola falando satisfatoriamente, embora seja em regra deficiente no registro formal do uso culto; o que êle domina plenamente é a linguagem familiar, na maioria dos casos. Como quer que seja, a técnica da língua escrita êle tem de aprender na escola. Os professores partem da ilusão de que, ensinando-a, estão ao mesmo tempo ensinando uma fala satisfatória. Daí a definição da gramática normativa que lembramos aqui de início: «a arte de escrever e falar corretamente».

Há com isso uma tremenda ilusão. A língua escrita se manifesta em condições muito diversas da língua oral. Por isso, tantos estudantes psiquicamente normais, que falam bem, e até com exuberância e eloqüência, no intercâmbio de todos os dias, são deso-

ladores quando se lhes põe um lápis ou uma caneta na mão. A fala se desdobra numa situação concreta, sob o estímulo de um falante ou vários falantes outros, bem individualizados. Uma e outra coisa desaparecem da língua escrita. Já aí se tem uma primeira e profunda diferença entre os dois tipos de comunicação: lingüística.

Depois, a escrita não reproduz fielmente a fala, como sugere a metáfora tantas vezes repetida de que «ela é a roupagem da língua oral». Ela tem as suas leis próprias e tem um caminho próprio. Por isso, muitos lingüistas relegam a língua escrita para fora de suas cogitações, como observa, em tom de crítica, o lingüista norte-americano H. A. Gleason, argumentando que «uma língua escrita é evidentemente um objeto válido e importante de investigação lingüística» (Gleason 1961, 10). Não fica menos verdade por isso (antes pelo contrário) que há uma diferença fundamental entre êsses dois tipos de linguagem.

E' justo que a gramática normativa dê grande atenção à língua escrita. E' ela que a escola tem de ensinar em primeira mão. Acresce o primado da língua escrita nas sociedades do tipo do nosso, dito «civilizado». Aí, do ponto de vista sociológico, a língua escrita se sobrepõe inelutavelmente à língua oral, pois rege tôda a vida geral e superior do país. Mesmo o rádio e a televisão, que à primeira vista se podem afigurar espécies novas da língua falada, são em última análise modalidades da língua escrita. O locutor lê para os ouvintes indiscriminados, ou os telespectadores, o que escreveu, ou foi escrito para êle, previamente. Quando não empunha um papel, é que decorou o que fôra preparado na escrita. E, em qualquer dos casos, faltam as duas condições que já vimos ser inerentes do intercâmbio oral: uma situação concreta una e um ou mais ouvintes, bem determinados e individualizados. Até a poesia, que assenta nos sons vocais e no ritmo, essenciais na língua falada, é entre nós uma atividade principalmente escrita. Só a leitura recria o valor oral de uns e de outro. Dá-se assim uma inversão, em termos sociais, da verdade puramente lingüística de que a escrita decorre da fala e é secundária em referência a esta.

Não obstante essa contingência de ordem social, subsiste o fato lingüístico de que a língua escrita é uma transposição para outra substância de uma língua primordialmente criada com a substância dos sons vocais. Só se pode compreendê-la e ensiná-la na base dessa transposição. «Só depois de dominar a fala é que se pode aprender a ler e escrever», adverte incisivamente Jakobson (Jakobson 1969, 113).

Essa verdade teve uma prova indireta na aculturação de populações indígenas ágrafas, isto é, sem língua escrita. Um grupo de lingüistas no México, no chamado «plano Tarrasco», verificou que

a melhor maneira de alfabetizar os índios dessas tribos era reduzir o Tarrasco a língua escrita e ensinar os índios a ler e escrever em sua língua materna. A alfabetização direta pelo espanhol (que era mal conhecido por êles) fracassava lamentavelmente. Os lingüistas do Instituto Lingüístico de Verão, com sede nos Estados Unidos da América, mediante entendimento com o nosso Serviço de Proteção aos Índios, estão organizando por sua vez cartilhas de várias línguas indígenas brasileiras e obtendo uma alfabetização de ótimo resultado.

Isso nos impõe a tarefa de fazer a descrição (mesmo tendo em vista um fim escolar) em função da língua oral. Ora, paradoxalmente, nem em relação à «fonética», ou estudos dos sons vocais, isto se dá de maneira coerente em nossas gramáticas.